



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

ATA N.º 4/2026
do Conselho Académico
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ao segundo dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas onze horas e quarenta e três minutos, teve lugar, na sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a reunião do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa regularmente convocada pelo Diretor da Faculdade e Presidente do órgão Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

Contou com a presença de:

Membros Docentes

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Prof.ª Doutora Catarina Salgado

Prof.ª Doutora Sónia Reis

Prof. Doutor Jorge Silva Santos

Dr. Gonçalo Carrilho

Membros Discentes

Leandra Souza

Jumar Miranda

Inês de Oliveira Neves

Matilde Tristão

Membros não Docentes

Dra. Cândida Machado

Dr. Nuno Alves

Participou, igualmente, nos termos regimentais e estatutários, o Diretor Executivo, Dr. Bertolino Campaniço e a Presidente da Associação Académica (AAFDL), Joana Ventinhas.



A Ordem de Trabalhos consistiu nos seguintes pontos:

1. Abertura do ano letivo 2026/2027;
2. Regulamento de prestação de serviço docente;
3. Tutorias;
4. Protocolo com a AIMA;
5. Regentes e programas das disciplinas de mestrado e doutoramento;
6. Outros assuntos.

Antes de ser dado início à ordem de trabalhos, o Senhor Diretor informou que o Dr. Gonçalo Carrilho solicitou a continuação da discussão das propostas do grupo de trabalho sobre a organização das provas orais e o Prof. Doutor Jorge Silva Santos solicitou a introdução de um ponto relativo à apreciação dos documentos relativos a faltas e distribuição de serviço docente entregues na reunião anterior e outro sobre a distribuição do serviço docente para o ano letivo 2026/2027. Nesses termos, começaria a reunião pelo ponto das provas orais e o ponto sobre a distribuição do serviço docente poderia ser discutido junto com o ponto da abertura do ano letivo.

1. Proposta do Grupo de Trabalho sobre a organização das provas orais (continuação)

O Dr. Gonçalo Carrilho referiu que ficou por discutir uma proposta do pessoal não docente para a cobrança de um emolumento de inscrição nas provas orais de melhoria e ainda o mecanismo de desinscrição das provas orais. O Dr. Nuno Alves disse que o mecanismo de desinscrição era possível até o momento do agendamento da prova pelo Serviço Académico. O Prof. Doutor Jorge Silva Santos sugeriu uma proposta concreta e reforçou a necessidade do estabelecimento de datas-limite provas serem marcadas e os alunos poderem se desinscrever. Em síntese, propôs um calendário e procedimento de marcação das provas.

O estudante Jumar Mendes informou que a proposta de desistência antes da marcação da oral fora aprovada na reunião anterior.

O Dr. Nuno Alves disse que, quanto ao alargamento do período de realização das provas orais, ficara subtendido na reunião anterior a existência de dois turnos, mas



que não era possível fixar um turno de orais de melhoria e outro de passagem. Os turnos eram associados ao aluno e à disciplina e não ao aluno, à disciplina e à avaliação (melhoria/passagem).

2. Abertura do ano letivo 2026/2027

A Prof.^a Doutora Catarina Salgado informou que solicitou ao senhor Diretor que fosse enviado aos presidentes dos grupos científicos, para a preparação da distribuição do serviço docente do ano letivo 2026/2027, uma mensagem para tentar mitigar atrasos na preparação do próximo ano letivo, uma vez que as licenças sabáticas já tinham recebido parecer favorável na última reunião do Conselho Científico.

O Senhor Diretor agradeceu o trabalho feito pela Dra. Cândida Machado pelo levantamento da informação sobre a assiduidade dos docentes. Disse que era crítico do comportamento menos responsável e incumpridor de alguns docentes, mas que entendia que também era criticável a posição de alguns estudantes de faltarem às aulas. Exortou assim, os estudantes a frequentarem as aulas teóricas.

O Prof. Doutor Jorge Silva Santos disse que era necessário que os grupos científicos e os serviços recebessem a informação sobre os docentes que lecionam a unidade curricular e quantas horas foram distribuídas a cada docente. Disse ainda que, havendo dúvidas sobre a deliberação do Conselho Académico em dois mil e quinze, sugeriu que fosse confirmada a deliberação fixando em oito horas semanais de serviço docente e que fosse enviado aos grupos um documento com o nome do docente, as unidades curriculares e as horas distribuídas. Por último, recordou a necessidade de se abrir e fechar turmas tendo em conta o número máximo e mínimo de alunos em cada turma permitido pelo regulamento. A Prof.^a Doutora Catarina Salgado sublinhou que muitas das situações referidas pelo Prof. Doutor Jorge Silva Santos em relação à contabilidade das horas letivas seria equacionada pelo regulamento de prestação do serviço docente. O Prof. Doutor Jorge Silva Santos concordou com a feitura do regulamento, mas destacou que, atendendo às regras, o regulamento não estaria em vigor em tempo útil para a preparação do próximo ano letivo.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Senhor Diretor disse que embora já tivesse dado indicação aos grupos científicos para que não fosse distribuído serviço docente para unidades curriculares com histórico de baixa inscrição, o serviço continuava a ser distribuído. Sugeriu que fosse invertido o sistema atual se o Conselho assim entendesse e que informaria os grupos científicos na carta que enviaria. Disse ainda que da carta constaria uma orientação no sentido da prestação de oito horas de lecionação semanal, as cargas horárias de cada um dos docentes, a contabilização de horas no pós-laboral e reiteraria o pedido para que não fosse distribuído serviço docente para as unidades curriculares que não costumam ter o número mínimo de alunos.

O Prof. Doutor Jorge Silva Santos concordou com o envio da carta e sublinhou que enquanto membro de um grupo científico nunca recebera qualquer indicação de um officio do Diretor, sugeriu assim que fosse estabelecido um prazo e que a carta fosse comunicada ao Conselho Científico ou aos grupos científicos diretamente. O Senhor Diretor respondeu que daria conhecimento da carta ao presidente do Conselho Científico.

O Dr. Gonçalo Carrilho afirmou que as distribuições erróneas de carga horária, em regra, oneram os assistentes convidados com sobrecarga de trabalho. Sugeriu ainda que houvesse um programa que simplificasse o processo de feitura da distribuição de serviço, nomeadamente na consulta à carga horária insuficiente de um determinado docente e que alertasse os serviços para esses casos.

O Diretor Executivo informou que o Serviço Académico, na última sexta-feira, conseguiu organizar a distribuição dos horários para as aulas práticas em tempo. Informou ainda que os atrasos na distribuição de serviço docente tinham consequências práticas e que embora o Serviço Académico tenha conseguido distribuir os horários das aulas práticas que se iniciavam hoje, era sempre necessário fazer ajustes de última hora que poderiam ter sido feitos antes se a distribuição do serviço docente ocorresse mais cedo.

O Prof. Doutor Jorge Silva Santos referiu que o Senhor Diretor emitiu o Despacho n.º 103/2025 sobre a assiduidade dos docentes e que desse despacho constava que três faltas equivaliam a um dia de desconto. Perguntou então se as faltas foram registados e se os docentes tiveram os descontos nos vencimentos, como determinado pelo



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Despacho. Disse também que a informação sobre faltas injustificadas deve ser enviada ao Conselho Científico para que possa ser ponderada a propósito da renovação do contrato dos docentes convidados. O Senhor Diretor respondeu que na sua primeira passagem pela Direção, havia um automatismo que descontava um dia de vencimento após três faltas injustificadas. A Dra. Cândida Machado informou que não estava a descontar as faltas nos vencimentos dos docentes porque o assunto não estava despachado. O Senhor Diretor disse, então, que a partir do presente dia, o mecanismo automático de corte do dia de trabalho após três faltas injustificadas seria reintroduzido.

A Prof. Doutora Sónia Reis sugeriu que se usasse um sistema por cartões em frente às salas de aulas como ocorre em outras faculdades, sendo secundada pelo Dr. Gonçalo Carrilho. O Senhor Diretor referiu que esse era um assunto que estava a ser tratado há mais de um ano e o objetivo era que esse sistema de assiduidade começasse a funcionar no próximo ano letivo.

3. Regulamento de prestação do serviço docente

O Senhor Diretor informou que a comissão coordenada pelo Prof. Doutor Filipe Arede Nunes seria constituída e ficaria responsável por apresentar as traves mestras que seriam enviadas aos órgãos (Conselhos Académico, Científico, Pedagógico e de Escola) para, recolhidos os contributos, apresentar uma proposta de regulamento.

4. Tutorias

O Senhor Diretor informou que a distribuição de tutores no segundo semestre correu bem e que os tutores estavam designados. O estudante Jumar Mendes complementou que estava em curso a 2ª fase das candidaturas.

5. Protocolo com a AIMA

A Prof.ª Doutora Catarina informou que o protocolo com a AIMA estava assinado que já estavam em curso reuniões técnicas entre a AIMA, o Diretor Executivo e o Dr. Nuno Alves. O Senhor Diretor Executivo explicou como funcionaria o sistema. O Senhor



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Diretor registou um agradecimento à Prof.^a Catarina Salgado e aos serviços pela operacionalização do protocolo.

A Dra. Cândida Machado perguntou se o sistema se aplicaria apenas aos novos alunos, tendo a Prof.^a Doutora Catarina Salgado respondido que se aplicaria a todos estudantes e também trabalhadores docentes e não docentes que venham do estrangeiro.

6. Regentes e programas das disciplinas de mestrado e doutoramento

A Presidente da AAFDL apresentou uma recomendação referente a um problema que se prendia com a distribuição do serviço docente. O objetivo da recomendação era ser remetida ao Conselho Científico e alertar o órgão para a necessidade de corrigir os atrasos na distribuição do serviço docente e das suas consequências práticas.

Após discussão com intervenção do Senhor Diretor, do Diretor Executivo, da Prof.^a Doutora Catarina Salgado, da Dra. Cândida Machado, do Prof. Doutor Jorge Silva Santos e do estudante Jumar Mendes, o documento foi colocado à votação.

O Conselho Académico aprovou por maioria, com uma abstenção, a seguinte recomendação:

Considerando:

Que, conforme os Estatutos da Faculdade, compete ao Conselho Científico organizar a distribuição do serviço docente (artigo 49º, alínea e)) e a publicação dos programas das disciplinas (artigo 49º alínea g));

Que o Regulamento de Avaliação de Mestrados e Doutoramentos (RAMD) impõe que, antes da abertura do período de candidaturas, cada Professor Regente divulgue uma indicação sumária do programa e dos elementos essenciais das unidades curriculares a lecionar, de modo a permitir decisões de candidatura informadas (artigo 29º, número 3, alínea a));

Que, não obstante a abertura do período de candidaturas aos ciclos de Mestrado e Doutoramento — conforme despacho— ainda não foi divulgado o programa das respetivas unidades curriculares, porquanto o serviço docente correspondente ainda não foi distribuído e aprovado pelo Conselho Científico;



Que tal omissão impede os estudantes potenciais candidatos de aceder à informação necessária sobre as regências e respetivos programas, configurando um prejuízo efetivo aos estudantes, em especial quanto à sua tomada de decisão de candidatura;

Recomenda:

- 1. Que o Conselho Científico proceda com urgência à distribuição de serviço docente respeitante às unidades curriculares dos ciclos de Mestrado e Doutoramento.*
- 2. Que, após essa distribuição, se assegure a imediata divulgação institucional dos programas sumários e dos respetivos regentes, em cumprimento expresso do RAMD, permitindo regular acesso à informação por parte dos estudantes candidatos.*
- 3. Que o Conselho Científico, no âmbito das suas competências de direção científica e pedagógica, estabeleça um calendário interno de distribuição de serviço docente compatível com os prazos de candidatura, evitando a repetição de omissões que comprometam decisões académicas estruturantes.*
- 4. Que seja reforçado o diálogo institucional entre o Conselho Científico, os Grupos Coordenadores e o Senhor Diretor, de modo a assegurar que os momentos de decisão pedagógica respeitem os calendários administrativos e os direitos dos estudantes.*

O estudante Jumar Mendes informou que em reunião com a estudante Leandra Souza e o Dr. Nuno Alves, confirmaram que os pedidos de alteração de especialidade poderiam ocorrer após o início das aulas sem a cobra de taxas pelo que o assunto estava resolvido.

7. Outros assuntos

A Prof.^a Doutora Catarina Salgado informou que no dia quatro de março seria assinado um protocolo com a Associação dos Transportes e que seria muito importante para efeitos de saídas profissionais e relatórios de estágios.

A Prof.^a Doutora Sónia Reis informou que reuniria com um representante da Câmara Municipal de Lisboa com o objetivo de propor protocolo sobre estágios profissionais e que alargaria essa possibilidade a outras Câmaras Municipais. Referiu ainda que



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

reuniu com o Administrador do Taguspark a fim de que a FDUL tivesse uma aproximação empresarial e que pudesse ocorrer na Faculdade uma *MasterClass* para abordar a ligação entre a academia e o mundo empresarial. Disse ainda que o Administrador se mostrou disponível para receber alunos para acompanhar um dia de trabalho no Taguspark.

O Senhor Diretor informou que a Presidente da AAFDL esteve na Assembleia Municipal de Lisboa para falar do problema da habitação; referiu que o CNIJ organizaria em Bragança um *moot court* e comunicou que seria organizado um evento para comemorar os quarenta anos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias e homenagear o Prof. Doutor Fausto Quadros pelo primeiro doutoramento em Direito Comunitário em Portugal.

A próxima reunião foi marcada para o dia dezasseis de março.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às treze horas e vinte e dois minutos.

O Presidente do Conselho Académico,

Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

O Secretário,

Dr. André Brito